

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV - Nº 783 - BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 14 DE DEZEMBRO DE 1998



Na pauta da sessão deliberativa ordinária de hoje à tarde, cinco itens estão incluídos, entre eles duas propostas de emenda constitucional e um projeto de lei complementar

## Prorrogação da CPMF chega ao plenário

Proposta do senador Elcio Alvares estende cobrança da contribuição por mais três anos

A proposta de emenda constitucional, de autoria do senador Elcio Alvares, que prorroga e altera a alíquota de cobrança da CPMF começa a ser discutida na sessão deliberativa do Senado de hoje, às 14h30. A proposta estende por mais 36 meses a cobrança da CPMF, cuja arrecadação seria destinada ao custeio da Previdência Social, elevando a alíquota de 0,20% para 0,38% apenas no primeiro ano (1999) e voltando a 0,30% nos dois anos subsequentes.

PÁGINA 2

## Fim dos manicômios será apreciado hoje

O Senado aprecia, em sua sessão ordinária de hoje à tarde, projeto que determina a extinção progressiva dos manicômios no Brasil. A proposta original do deputado Paulo Delgado recebeu um substitutivo do senador Lucídio Portella e prevê a mudança dos manicômios por outros recursos assistenciais,

além de promover a regulamentação da chamada internação psiquiátrica compulsória. Lucídio defende o projeto, lembrando que o Congresso já aprovou assistência psiquiátrica para os usuários dos planos de saúde, por isso não pode negar igual benefício para os pacientes da rede pública.

PÁGINA 2

## Comissões fazem últimas reuniões deste ano

As comissões do Senado realizam, hoje e amanhã, suas últimas reuniões do ano. Hoje, a Comissão de Educação faz encontro extraordinário às 17h30.

PÁGINA 2



Bernardo Cabral

## Senadores rebatem críticas da imprensa

Diversos senadores protestaram, na sessão de sexta-feira, contra o que consideraram críticas injustas da imprensa ao Congresso Nacional. Bernardo Cabral disse que é um parlamentar assíduo e responsável, por isso não aceita-

va ser incluído, por generalização, em uma crítica que não merece. Ele sugeriu que os jornais apontem nominalmente aqueles congressistas que não cumprem seus deveres. Em aparte, Bello Parga disse que a im-

pressão divulga números fantasiosos sobre a ajuda de custo a ser paga na convocação extraordinária. Pedro Simon, por sua vez, citou o salário líquido de um senador (R\$ 4.400,00) e lembrou que ele não é sequer a metade do que ganham muitos jornalistas que criticam o Congresso. Geraldo Melo lamentou que "a população seja submetida a um processo de desinformação sobre o Parlamento".



Geraldo Melo



Pedro Simon

PÁGINA 3

## Relatório sobre Amazônia sai hoje

A comissão temporária especial destinada a "Definir uma Política para o Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia", presidida pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC), deverá se reunir hoje, às 17h, para discutir e vo-

tar seu relatório final.

O relator, senador Ademir Andrade (PSB-PA), informou que ainda aguarda sugestões dos senadores para finalizar seu parecer. As sugestões podem ser enviadas para o fax 311-5362.



### AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 14 DE DEZEMBRO DE 1998

#### PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: \*Projeto de Resolução nº 114/98, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo entre o Brasil e o Skandinaviska Enskilda Banken AB, destinada ao Programa de Reaparelhamento da Marinha; \*Projeto de Resolução nº 115/98, que autoriza a República Federativa do Brasil a prestar garantia à operação de crédito externo no valor de até 225 milhões de marcos alemães, entre a Eletrobrás e um consórcio de bancos liderado pelo KfW, destinada ao financiamento do Projeto Usina Nuclear de Angra II; \*PLC nº 8/91, que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória; votação em primeiro turno da \*PEC nº 63/95, que altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho (juizes classistas); e primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da \*PEC nº 34/98, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da contribuição a que se refere o art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CPMF).

#### COMISSÕES

17h - Comissão Especial destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia.

Pauta: Discussão e votação do relatório final.  
Local: Ala Senador Alexandre Costa - sala 13

17h30 - Comissão de Educação

Pauta: Serão apreciadas diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 112/97, que estabelece mecanismo para a veiculação de mensagens educativas de trânsito; \*PLC nº 44/96, que dispõe sobre a veiculação de mensagens voltadas à educação para o trânsito; \*PLC nº 12/97, que acrescenta dispositivo à Lei nº 6.494/97, que dispõe sobre os estágios de estudantes, alterada pela Lei nº 8.859/94; \*PLC nº 55/96, que torna obrigatória a inclusão do ensino da língua espanhola nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.  
Local: Ala Senador Alexandre Costa - sala 15

#### PREVISÃO DA SEMANA

Terça-feira (15.12.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: \*Projeto de Resolução nº 164/97, que autoriza o estado do Mato Grosso a elevar o seu limite de endividamento para contratar e prestar contragarantia à operação de crédito externo junto ao Bird; votação, em segundo turno, da \*PEC nº 64/95, que dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição federal (prazo prescricional das ações trabalhistas); e segundo dia de discussão, em primeiro turno, da \*PEC nº 34/98, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da contribuição a que se refere o art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CPMF).

#### COMISSÕES

Terça-feira (15.12.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PEC nº 15/95, que acrescenta parágrafo único ao art. 98 da Constituição federal; \*PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do artigo 199 da Constituição, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; \*PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; \*PEC nº 12/96, que cria tribunais regionais federais; \*PLS nº 230/95, que dispõe sobre factoring; \*PLS nº 46/95, que cria o Conselho Nacional do Entendimento e Desenvolvimento; \*PLS nº 52/95, que cria a Secretaria Federal de Controle Interno como órgão vinculado à Presidência da República; \*PLS nº 241/97, que trata da discriminação praticada contra servidores anistiados; \*PLS nº 125/97, que autoriza municípios a formarem consórcio para implementar política comum de desenvolvimento; e \*PLS nº 30/97, que altera a Lei nº 7.210/84, a qual dispõe sobre ressarcimento ao Estado de despesas com manutenção de presos e condenados.  
Local: Ala Senador Alexandre Costa, sala 5

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: \*Mensagem nº 250/98, que submete ao Senado o nome de Geraldo Affonso Muzzi para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Malásia; \*Mensagem nº 216/98, que submete ao Senado o nome de José Olympio Rache de Almeida para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil na Finlândia, exercer o cargo de embaixador na Estônia; \*PDL nº 5/98, que aprova o texto do Tratado de Extradição celebrado entre o Brasil e a Coreia, em 1995, ressalvada a alínea "b" do item 6 de seu art. 2º; \*PDL nº 11/98, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos, celebrado entre o Brasil e a Hungria, em 1997; \*PDL nº 14/98, que aprova o texto do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul; e \*PDL nº 48/98, que dispõe sobre o ensino no Exército brasileiro.  
Local: Ala Senador Alexandre Costa, sala 7

14h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Apresentação, discussão e votação dos relatórios apresentados aos Projetos de Lei nºs 31/98-CN (remanescente da Pauta nº 20/98) e 55/98-CN (remanescente da Pauta nº 16/98).  
Local: Plenário nº 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados

# Emenda que aumenta a CPMF entra em discussão

Senadores também devem votar, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional que prevê o fim dos juizes classistas

Um dos principais itens da pauta da sessão plenária do Senado de hoje é o início da discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional, de autoria do senador Elcio Alvares (PFL-ES), que prorroga e altera a alíquota de cobrança da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira).



Elcio Alvares é o autor da emenda que eleva e prorroga a CPMF

Trata-se de mais uma medida do programa de ajuste fiscal.

Além de prorrogar por 36 meses essa cobrança, a proposta visa aumentar a alíquota para 0,38% nos primeiros 12 meses e para 0,30% nos 24 meses subsequentes. Pelo texto da emenda, o resultado do aumento da arrecadação, decorrente da alteração da alíquota,

em 1999, 2000 e 2001, será destinado ao custeio da Previdência Social.

Outra matéria que deverá ser votada nesta segunda-feira, em primeiro turno, é a proposta de emenda constitucional do senador Gilberto Miranda (PFL-AM) que suprime a figura dos juizes classistas. Em defesa da medida, o parlamentar argumenta ser inconcebível um Judiciário moderno, onde a isenção e a imparcialidade dos juizes são fundamentais, com a participação de representantes das partes envolvidas.

## Plenário discute extinção de manicômios

Também consta da pauta projeto da Câmara que determina a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais, além de regulamentar a internação psiquiátrica compulsória. O projeto tem substitutivo de Lucídio Portella (PPB-PD), aprovado pela Comissão de Assuntos So-

ciais. O relator das emendas de plenário é o senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

Em defesa de seu substitutivo, Lucídio sustenta que o Congresso não pode aprovar a obrigatoriedade da assistência hospitalar especializada para os usuários dos planos de saúde e negá-la aos usuários do SUS.



Lucídio Portella apresentou substitutivo ao projeto

## CE debate ensino de Espanhol no 1º e 2º graus

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), foi convocada para reunião extraordinária hoje, às 17h30, quando deverá examinar uma pauta contendo dez itens. Entre as matérias a serem apreciadas, destaca-se projeto da Câmara dos Deputados que torna obrigatória a inclusão do ensino da língua espanhola nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.

A proposição foi acrescentada emenda da senadora Emília Fernandes (PDT-RS) que torna facultativa a inserção da língua espanhola da 5ª à 8ª série do ensino fundamental. A emenda recebeu parecer favorável do senador José Fogaça (PMDB-RS), relator do projeto.

Deverão ser apreciadas, ainda, a proposta que regulamenta a Constituição no capítulo relativo à publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos, e a que altera a legislação sobre estágios dos estudantes.

## CCJ examina novas regras para licitação

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se nesta terça-feira, às 10h, para apreciar, entre outras matérias, o projeto de autoria do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que altera normas para licitações e contratos da administração pública. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apresentou parecer favorável, com substitutivo.

A comissão, que é presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), poderá apreciar, ainda, projeto do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) que trata de benefícios para ex-combatentes.

## CRE analisa escolha de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) se reúne amanhã, às 10h, para deliberar sobre a escolha dos diplomatas Geraldo Affonso Muzzi e José Olympio Rache de Almeida, para exercerem, respectivamente, os cargos de embaixadores brasileiros junto à Federação da Malásia e à República da Estônia.

Os senadores apreciarão também o Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Financeira, celebrado com o governo da Alemanha; o Acordo sobre Serviços Aéreos, firmado com o governo da Hungria; e o Acordo de Cooperação em Turismo, formalizado entre o governo brasileiro e a República da Guiné Bissau.

## Comissão de Orçamento aprecia dois créditos extraordinários

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprecia, a partir das 14h de amanhã, dois pedidos de abertura de créditos extraordinários enviados pelo Executivo.

O primeiro deles destina R\$ 1,6 bilhão

a diversas empresas estatais federais da área de telecomunicações. O outro, que destina R\$ 122,8 milhões ao gabinete do ministro extraordinário de Política Fundiária, foi relatado favoravelmente pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho  
Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Jucá espera que Chávez mantenha integração

A mudança na Presidência da Venezuela não pode significar interrupção no processo de integração entre aquele país e o Brasil. A afirmação é do senador Romero Jucá (PFL-RR), que, na sexta-feira, mostrou-se preocupado com a eleição de Hugo Chávez para presidente do país limítrofe a seu estado, Roraima.

– Espero que Hugo Chávez tenha o discernimento e o equilíbrio para prosseguir no caminho histórico iniciado por Simon Bolívar de lutar pela democracia e a integração da América Latina. Espero que ele mude seu discurso para caminhar de mãos dadas com o governo brasileiro – afirmou Jucá, em plenário.

Para o senador, o presidente eleito começou sua caminhada política de maneira “obliqua”, por meio de uma tentativa frustrada e sangrenta de golpe de Estado. Jucá fez reparos ao discurso de campanha de Chávez, que, em sua opinião, aponta em sentido contrário ao caminho da aproximação, inclusive comercial, dos dois países. O anúncio da vinda de Chávez ao Brasil já indica, na visão de Jucá, um arbrandamento de sua posição inicial.

O senador acredita que a integração entre a Venezuela e o Mercosul tem que continuar até chegar à participação definitiva do país no pacto comercial.

# Cabral defende Congresso Nacional de críticas “generalizantes” da imprensa

Senador cita levantamento do *Journal do Senado* de sexta-feira, que apontou a apreciação de mais de 400 matérias em 1998, ao lamentar inclusão de todos os parlamentares no “mesmo cadinho”

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) protestou na sexta-feira contra as críticas generalizantes da imprensa ao Congresso Nacional. Ele lembrou a assiduidade com que comparece ao Parlamento e a seriedade com que desempenha suas funções para dizer que se sente desconfortável ao ser incluído, por generalização, a uma crítica que não merece.

Para o senador, se a imprensa apontasse nomes de parlamentares que não cumprem bem seu mandato, essa crítica seria perfeita, ainda que não se distinguíssem os congressistas que trabalham. Mas os órgãos de informação, para o senador, parecem considerar que está “tudo misturado no mesmo cadinho”:

– É bom que exista a crítica, que muitas vezes é oportuna por mostrar os lados defeituosos. Mas há de existir a crítica excetuando aqueles que produzem. Não posso concordar que se generalize a restrição – afirmou o senador, em discurso no plenário.

O parlamentar citou a edição do *Journal do Senado* de sexta-feira, que divulga a apreciação de mais de 400 matérias este ano pelo Senado Federal. Mencionou também números da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que preside, onde foram aprovadas 53 matérias no mesmo período. Para Cabral, a TV Senado e a Rádio Senado estão en-

tre as melhores coisas criadas na Casa, por permitirem à população saber quais são os congressistas que cumprem seus mandatos com seriedade.

O senador lembrou o “cavalo de batalha” em que se transformou, nos veículos de comunicação de massa, a convocação extraordinária do Congresso Nacional e o pagamento da ajuda de custo aos parlamentares que ela acarreta. E observou que muitos parlamentares recebem menos do que ganhariam em suas carreiras paralelas à vida pública.

O senador Bello Parga (PFL-MA), em aparte, afirmou que a imprensa tem veiculado números fantásticos sobre a ajuda de custo, “quatro ou cinco vezes mais do que o que seria o normal”. Para ele, existe uma má vontade dos órgãos de informação para com o Congresso Nacional, já que os números verdadeiros e positivos estão disponíveis a qualquer jornalista com acesso ao Senado Federal, ao *Journal do Senado*, à TV Senado ou à Rádio Senado.

Em longo aparte, o senador Pedro Si-

mon (PMDB-RS) ressaltou a necessidade de se deixar bem claro qual o salário líquido do parlamentar, seja ele deputado ou senador: R\$ 4.400,00. Para ele, embora a remuneração possa parecer “uma enormidade” em relação ao salário mínimo, não é nem a metade do que ganham alguns dos jornalistas que mais criticam o Congresso.

O parlamentar pelo Rio Grande do Sul disse que 99% da imprensa de seu estado não conhecia sequer 1% dos projetos que apresentou. Segundo afirmou, o *Journal do Senado* e a TV Senado são os responsáveis por sua reeleição. Ele elogiou o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, que tem levado adiante sua determinação de dar maior transparência às atividades do Senado Federal.

O senador disse ainda que a imprensa disputa com o Parlamento o comando da agenda de discussão nacional. Segundo ele, os jornalistas chegam na Câmara e no Senado para discutir as pautas previamente elaboradas pelos editores dos jornais, e não

exatamente o que está sendo discutido na Casa Legislativa.

– Quem faz o que o Brasil vai conhecer é a imprensa – afirmou Simon, que anunciou sua mudança para Brasília a partir do ano que vem, passando a frequentar o Senado de segunda a sexta-feira.

Simon fez duas propostas. Ele quer que a TV Senado promova um debate entre três jornalistas e três parlamentares, para serem feitas e respondidas críticas a ambas as partes. Também pediu que o senador Bernardo Cabral, por sua liderança e seu passado, inicie um movimento para que fatos positivos em relação ao Congresso também sejam divulgados nos meios de comunicação.

Também em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) destacou o programa *Fala, Cidadão* como uma grande iniciativa do Senado. Para ele, a Secretaria de Comunicação Social do Senado tem prestado um grande serviço de cidadania e de civismo à sociedade brasileira.

Ao aceitar a sugestão de Simon, Cabral ressaltou ser este o momento para uma maior divulgação das atividades positivas do Senado Federal, depois de o presidente Antonio Carlos Magalhães ter conseguido “deslocar pela primeira vez o eixo político da Câmara para o Senado”.



Bernardo Cabral lembrou a assiduidade com que comparece ao Parlamento

## Plenário aprova voto de pesar pela morte do artista plástico Vasco Prado

O plenário do Senado aprovou na sexta-feira a inserção, nos Anais da Casa, de voto de pesar pelo falecimento do artista plástico gaúcho Vasco Prado, ocorrido na quinta-feira, em Porto Alegre. A manifestação foi solicitada em requerimento apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Escultor, desenhista e gravador, Vasco Prado nasceu em 1914, em Uruguaiana, cidade da fronteira oeste do estado, ligada pela Ponte da Amizade a Paso de Los Libres, na Ar-



Pedro Simon foi o autor do requerimento

gentina. “Foi genial ao representar em pedra, em metal e no desenho dois símbolos da vida e da sensualidade: as mulheres e os cavalos”, avaliou o senador na justificativa de seu pedido.

Como bolsista do governo francês em 1947 e 1948, Vasco Prado estudou na Escola de Belas Artes de Paris com os maiores mestres da época, como Fernand Léger e Étienne Hadju, informou Simon.

Entusiasmado com a construção do socialismo na União Soviética, acrescen-

tou Simon, Vasco Prado convenceu-se de que o realismo socialista “representava o melhor caminho para os artistas interessados em dar à arte uma função social”.

De volta ao Brasil, em 1951 o artista criou o Clube da Gravura, juntamente com Glauco Rodrigues e Glênio Bianchetti, e, em 1960, lecionou no Atelier Livre da prefeitura municipal de Porto Alegre, “escola de homens e artes” criada por Carlos de Britto Velho, também recentemente falecido, destacou Simon.

Quando governador do estado, o senador contou com a colaboração de Vasco Prado na direção do Museu de Artes do Rio Grande do Sul.

homem de esquerda, Vasco Prado sempre foi conservador em sua obra. O senador afirmou ainda que, da década de 60 para cá, o artista deixou um acervo sem paralelo na história das artes plásticas do Rio Grande do Sul.

– Quem viajar a Porto Alegre não deve deixar de visitar o Museu de Artes do Rio Grande do Sul. Lá podem ser encontradas várias obras de Vasco Prado, que mostram, didaticamente, a importância do trabalho desse artista – sugeriu Fogaça.

## Fogaça elogia “maior escultor gaúcho”

Ao defender o requerimento do senador Pedro Simon para aprovação de voto de pesar pela morte do escultor, desenhista e gravador Vasco Prado, o senador José Fogaça (PMDB-RS) afirmou que o artista sempre foi homenageado em vida pelos gaúchos. Segundo o senador, Vasco Prado ultrapassou as fronteiras do Rio Grande do Sul e do Brasil graças ao seu talento extraordinário.

– Talvez a obra de Vasco Prado seja a mais rica, numerosa e realista da história

das artes plásticas do Rio Grande do Sul. Ele era uma figura sagrada da nossa cultura, é o nosso maior escultor – opinou José Fogaça.

Apesar de reconhecido em vários países, Vasco Prado sempre morou no Rio Grande do Sul. De acordo com Fogaça, o artista sempre dizia que ele e o poeta Mário Quintana nunca tinham ido residir em outro estado por acharem que era provinciano morar no Rio de Janeiro.

Fogaça comentou que, apesar de ser um

## Geraldo Melo vê sociedade submetida a desinformação

Citando discurso do senador Bernardo Cabral sobre a generalização das críticas ao Congresso Nacional, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) afirmou que “a população vem sendo submetida a um processo de desinformação sobre o Parlamento”. Recentemente, Geraldo Melo recebeu consulta, através do serviço *A Voz do Cidadão*, sobre a possibilidade de o Senado “também passar a controlar os seus gastos, como vêm fazendo as câmaras municipais”. Segundo ele, a consulta se referia à proposta de emenda constitucional (PEC), aprovada pelo Senado, que limita os gastos dos legislativos municipais.

– Esse cidadão quer que façamos o que já fizemos. Não foram as câmaras de vereadores que limitaram seus gastos, mas sim o Senado, por meio de PEC, de autoria do senador Esperidião Amin – sustentou o senador.

Para Geraldo Melo, a sociedade muitas vezes pensa que o Senado consome parte elevada da receita federal. Rebatendo esta “desinformação”, o senador comparou os gastos do Senado com o de algumas câmaras de vereadores, que chegam a comprometer 10% da receita líquida de seus municípios.

– Em 1996, o Senado gastou 0,33% da

receita da União, o que comparativamente representa 30 vezes menos daquilo que é gasto em algumas câmaras. Em 1997, este índice caiu para 0,30%. Em 1998, gastamos 0,29% e reduziremos as despesas em 1999 para 0,13% – esclareceu.

Melo exortou a imprensa a cobrar a atuação dos parlamentares, mas tendo a mesma atitude em relação às demais instituições do país. “É preciso que todas as instituições, públicas ou privadas, cumpram as suas obrigações”, afirmou.

Em aparte, o senador Lídio Coelho (PSDB-MS) concordou com Geraldo Melo, acrescentando que o acompanhamento de todas as atividades da administração pública fará o país avançar. Mesma opinião demonstrou o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), ressaltando que o desconhecimento a respeito das atividades parlamentares começa agora a ser desfeito graças à Secretaria de Comunicação Social, por meio da TV Senado e do *Journal do Senado*.

Acompanhando Geraldo Melo, o senador Romero Jucá (PFL-RR) defendeu a manutenção do salário dos parlamentares no patamar atual, servindo como referência para o teto da remuneração do serviço público.

## Guerra acha que Provão fez um "diagnóstico grave"

O resultado do exame de avaliação das universidades brasileiras, o chamado Provão, "revela uma radiografia triste e um diagnóstico grave" da situação educacional no país, afirmou na sexta-feira, em plenário, o senador Paulo Guerra (PMDB-AP).

Mas os resultados do Provão não devem desalentar as autoridades, que precisam adotar mecanismos de melhoria do ensino e garantir, para isso, recursos previstos na Constituição para a educação.

Depois de citar artigo do professor Laélcio Diniz Guimarães, publicado no *Correio Braziliense* sob o título "Fantasia ou Realidade", o senador afirmou que concorda com suas idéias sobre o Provão. Diz um dos trechos do artigo:

"Vamos crucificar as universidades? São elas as únicas culpadas desse transe consciente do descaminho do ensino brasileiro? Não, obviamente não! O governo também tem sua *mea culpa*, originada nos

meandros das políticas econômicas onde a educação submerge sob o peso dos déficits públicos, dívidas internas e externas e controles monetários." Em outro trecho do artigo, lido pelo senador, o professor diz:

"Falta um terceiro e importante parceiro que também detém parcela de responsabilidade no contexto das dificuldades do ensino: o aluno. O seu silente comportamento, o fechar de seus olhos a essa deterioração crescente colabora para que o nosso país viva momentos de angustiante preocupação e de incertezas quanto ao futuro da educação."

Em outra parte do artigo em que o professor considera que é nessa engrenagem, "cujo valor residual é praticamente marginal", que se deve entender o Provão. O resultado do Provão, salienta o artigo, não pode servir, simplesmente, para massacrar as instituições de ensino, pois isso seria apenas um "simples espetáculo de mercado que se perde no vazio do tempo".



Guerra: aluno também tem parcela de culpa

## Artur da Távola defende educação de qualidade

Oferecer educação de qualidade ao povo brasileiro. Este é, para o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), o grande desafio a ser enfrentado pelo governo federal.

Em entrevista à TV Senado, o senador disse que o Estado tem obtido êxito na tarefa de permitir o acesso de todos à escola. Mas reconheceu que a baixa qualidade do ensino tem gerado outros problemas, entre os mais graves a evasão escolar.

Para Artur da Távola, o mundo globalizado também trouxe desafios enormes para o processo educacional, exigindo uma nova postura daqueles que influem nos caminhos a serem tomados pela educação brasileira. E apesar de reconhecer que os problemas vividos hoje pelo ensino superior brasileiro são graves, o senador defendeu a universidade pública e gratuita.

A entrevista vai ao ar hoje às 9h30, 12h30 e 20h30.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Tai-chi-chuan  
7h30 - *Especial/UNIP* - Assunto: Clínica Geral  
7h55 - Senado em Pauta  
8h - *Saúde Todo Dia* - Futebol Feminino  
8h30 - Jornal do Senado  
8h55 - Senado em Pauta  
9h - *Cores do Brasil* - o Paraná  
9h30 - *Entrevista* - O senador Artur da Távola fala sobre "educação para o desenvolvimento"  
9h55 - Senado em Pauta  
10h - *Palestra* - Corredor Multimodal (exportação do Centro-Oeste)  
11h - *Especial Unip* - Assunto: Grippes e resfriados  
11h30 - *Espaço Cultural* - Entrevista com o ator Sérgio Brito e flashes de *Meninos, eu vivi*  
12h - *Cores do Brasil* - o Amazonas  
12h30 - *Entrevista* - Senador Artur da Távola  
12h55 - Senado em Pauta  
13h - *Cores do Brasil* - a Reserva Biológica  
13h30 - *Cidadania* - O senador Roberto Freire e o coordenador do Instituto de Política, Augusto Franco, falam sobre "o Brasil no século XXI"

14h30 - Sessão plenária (ao vivo) - *Em discussão*: Proposta de Emenda Constitucional que prorroga e amplia a alíquota da CPMF  
18h30 - *Cores do Brasil* - o Cerrado  
19h - *Seminário* - Comunicação Legislativa  
20h30 - *Entrevista* - O senador Artur da Távola fala sobre "educação para o desenvolvimento"  
21h - Jornal do Senado  
21h15 - *Cidadania* - "o Brasil no século XXI"  
21h55 - Senado em Pauta  
22h - Sessão plenária (representação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h - Agenda Senado  
10h - Sessão plenária do Senado (ao vivo)  
19h - "A Voz do Brasil"  
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"  
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"  
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"  
0h - Sessão Plenária do Senado (Reprise)  
Em seguida - Música e informação

# Melo quer discutir criação de compulsório sobre poupança

Senador acha que empréstimo sobre ativos financeiros, inclusive títulos e as cadernetas, pode ser alternativa para o ajuste fiscal

Ao propor um debate entre os senadores sobre a possibilidade de se adotar um empréstimo compulsório sobre ativos financeiros, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) anunciou na sexta-feira, em plenário, que está elaborando um projeto sobre o assunto. "A prudência recomenda que eu faça esta provocação ao Senado, antes de formular a proposta", justificou.

O projeto de Geraldo Melo instituiria um empréstimo compulsório sobre os ativos financeiros, como cadernetas de poupança e títulos da dívida pública, à taxa de 5%, que seria lastreado em papéis do governo com garantia cambial, transformáveis em aplicações em moeda estrangeira. O sistema financeiro contribuiria, conforme propõe Geraldo

Melo, com um terço desses recursos.

Geraldo Melo argumenta que o compulsório seria uma alternativa às medidas do ajuste fiscal, poupando as camadas mais empobrecidas da sociedade. "A idéia é retirar recursos de quem dispõe de mais e dispensar este enorme sacrifício de quem não tem como contribuir mais", explicou. O senador calcula em cerca de R\$ 15 bilhões o total de recursos arrecadados com a adoção do compulsório.

O senador Romero Jucá (PFL-RR) defendeu a idéia de Geraldo Melo. Para ele, os recursos arrecadados deveriam ser usados para o pagamento do principal da dívida pública, "o que alongaria e mudaria o perfil do endividamento, contribuindo para o ajuste das contas brasileiras".

Já o senador Lúcio Coelho (PSDB-MS) tem dúvidas sobre a conveniência da instituição de um empréstimo compulsório.

Depois de alegar que o adicional de renda já atinge aqueles que ganham mais, Lúcio Coelho propõe que se encontrem maneiras de o país aumentar a produção de riquezas. "Nós só tiramos da sociedade, mas não criamos nada para gerar recursos", afirmou.



Melo: empréstimo pouparia os mais pobres

## Para Fogaça, ajuda do FMI foi a opção menos penosa

O senador José Fogaça (PMDB-RS) afirmou que a ajuda financeira que o Brasil solicitou ao Fundo Monetário Internacional (FMI) foi consequência de uma escolha "feita por todo país".

Segundo disse na sexta-feira, em plenário, as outras opções com vistas a solucionar as dificuldades econômicas enfrentadas pelo país seriam o financiamento estatal, a exemplo do que ocorreu na década de 70, ou a realização de uma profunda mudança no modelo previdenciário, em moldes semelhantes ao que fez o Chile.

No entanto, conforme a análise do senador, o Estado brasileiro perdeu sua condição de "matriz investidora" a partir dos anos 80, chegando à presente década com uma participação inferior a 4% em um total de 20% da poupança que o Brasil dispõe para abrir novas frentes. Quanto à privatização da Previdência, como ocorreu no Chile, ele lamentou que a solução tenha sido descartada para o Brasil, apesar daquele país andino ter atravessado todo o período da crise asiática sem sofrer qualquer abalo em sua economia, protegido que estava pela poupança gerada pelos fundos de pensão.

José Fogaça afirmou que grande parte das dúvidas, das críticas e das polémicas em torno do acordo com o FMI não teriam ocorrido caso os brasileiros tivessem procurado responder à seguinte pergunta: "Por que estamos fazendo essa escolha?" A conclusão a que ele chegou foi a de que o Brasil precisa de



Fogaça: Estado arrecada muito mas não investe

ajuda externa porque não dispõe de poupança interna, nem se propõe a modificar estruturalmente seu modelo previdenciário, que se caracteriza por ser de não-capitalização. Outro dado acrescentado por ele se refere ao "desejo brasileiro de participar da economia internacional".

Segundo o senador, o diagnóstico da origem do problema descarta a possibilidade de que o Estado brasileiro arrecade pouco.

"Se olharmos para trás, vamos ver que neste momento o nível de arrecadação é o maior desde o começo do século, tendo saltado de 6% para 31% do PIB", disse Fogaça.

A outra hipótese seria, conforme o senador, a de que o Estado perdeu seu potencial investidor porque gasta muito. No entanto, disse ele, a existência de uma grande demanda por investimentos em áreas como educação, saúde, segurança e conservação de estradas demonstra o contrário. "O fato - assegurou Fogaça - é que não utilizamos bem os nossos recursos." Ele observou que é para corrigir essas distorções que a reforma fiscal se torna necessária.

O senador admitiu que se o Brasil não conta com a capacidade de investimento do Estado e a formação interna de capital se mostrou insuficiente, passou a ser inevitável atrair capitais externos que, somados às disponibilidades internas, poderão realizar a alavancagem da economia nacional. "O Brasil quer isso, porque não deseja modificar as estruturas de gastos do Estado", disse ele.

## Jucá combate discriminação contra servidor anistiado

O senador Romero Jucá (PFL-RR) obteve, na sexta-feira, do presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a inclusão na pauta da reunião de amanhã,

a última do ano, do projeto de sua autoria que acaba com a discriminação contra os servidores demitidos pelo ex-presidente Fernando Collor e que, mais tarde, foram anistiados e reintegrados ao serviço público.

O projeto quer que o governo deixe de classificar esses funcionários públicos, nos contracheques, como "servidor anistiado". Segundo o senador, essa diferenciação, além de ser uma discriminação "inexplicável", causa constrangimentos ao servidor até na hora de abrir um simples crediário.

- Espero que possamos pôr um fim a esse processo discriminatório iniciado por um ato de força do governo Collor. O projeto corrige uma irregularidade e uma injustiça - afirmou Jucá, com a aprovação de Cabral, que considerou a causa justa.

Na ocasião, Jucá pretende homenagear Cabral, que se despede da presidência da comissão.



Para Jucá, discriminação é inexplicável